

Título:

Oportunidades e desafios da economia colaborativa baseada em novas tecnologias

Tatiana Rotondaro¹

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo discutir os desafios e as oportunidades que as novas tecnologias trazem para a vida econômica do século XXI. A atual fase do modo de produção capitalista, em função do seu crescente desenvolvimento tecnológico, apresenta claras limitações quanto à sua capacidade de incorporação das pessoas no processo produtivo. Nesse contexto, formas alternativas de gestão colaborativa na geração de emprego e renda se desenvolvem, baseadas no suporte técnico das redes de informação e comunicação que se estruturam através de aplicativos, redes sociais, moedas virtuais, fab labs, etc. Por um lado, a disseminação dessa economia alternativa traz consigo oportunidades de arranjos sociais mais justos, solidários e cooperativos de organização dos mercados. Mas, por outro, enfrenta grandes desafios no que se refere à sua capacidade de se disseminar de modo contra hegemônica e inclusiva, de forma a contribuir para reverter o processo de exponencial crescimento das desigualdades impulsionado pelos mercados financeiros. Além das grandes dificuldades de enfrentar as distorções ideológicas em curso acerca do papel da educação, que não é mais percebida, sobretudo pelos jovens, como instrumento de promoção de relativa mobilidade social, conforme operou ao longo do século XX (Piketty, 2014). Nesse contexto pretendo 1) argumentar porque esses exemplos de arranjos econômicos citados acima, subsidiados pelas novas tecnologias, configuram um modelo econômico emergente; e 2) analisar de forma mais detalhada como esses mecanismos de exclusão social que já estão operando, paralelamente ao próprio processo de emergência dessa nova ordem econômica, impossibilitando que um contingente significativo de pessoas possam exercer sua cidadania, pressionando a própria manutenção de regimes democráticos.

Apresentação

Anthony Giddens (1978, 1981) nos propõe que nas ciências sociais, a relação entre sujeito-objeto-conhecimento está submetida à lógica da “dupla hermenêutica”. Isso significa, nas palavras do autor, que “o conhecimento sociológico espirala dentro e fora da vida social, reconstituindo tanto este universo como a si mesmo” (Giddens, 1990, p. 24). Ou seja, as ciências sociais tomam por objeto de investigação elementos da vida social que foram construídos pelos atores sociais, a partir de seus próprios quadros de significância, e os reinterpreta a partir de esquemas teóricos. Esses conhecimentos produzidos, entretanto, são frequentemente reapropriados e

¹ Tatiana Gomes Rotondaro é Professora Doutora de Sociologia no Departamento de Economia (FEA) e no Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais, do Instituto de Energia e Ambiente (PROCAM/ IEA), ambos pertencente à Universidade de São Paulo (USP) – tatiana.rotondaro@usp.br

resignificados pelos atores sociais, desafiando as próprias ciências sociais a acompanharem esses novos desdobramentos (Giddens, 1978).

Inspirada por esse concepção de dupla hermenêutica, este artigo tem por objetivo analisar esta relação entre as transformações da realidade empírica e o conhecimento produzido sobre essa realidade, refletindo brevemente sobre as dificuldades que enfrentamos em manter essa dupla atenção quanto à adequação do instrumental teórico à atualidade do evento analisado. Mais precisamente, pretendo refletir sobre os limites e possibilidades de se construir uma agenda de pesquisa, inspirada pela Teoria Crítica, capaz de subsidiar a dinâmica atual de interação entre o Mercado, o Estado e a Sociedade Civil. Estou particularmente interessada, por um lado, nos impactos que as novas tecnologias apresentam na reordenação de práticas sociais e econômicas cotidianas, e, por outro, em compreender como essas transformações da vida cotidiana, pautadas pela incorporação de novas tecnologias, se inter-relacionam com dois dos principais problemas estruturais que nos assombram e nos desafiam nesse início de século XXI: a saber, o aumento exponencial das desigualdades socioeconômicas e as crise ecológicas.

Teoria Crítica e Autonomização da Esfera Econômica

A Teoria Crítica (de Marx, Weber, Adorno, Horkheimer, Habermas, Beck, dentre outros), desde a crítica da economia política até a crítica da razão instrumental, nos legou uma compreensão da vida econômica que a coloca como elemento fundador das relações sociais, mas que em seu desenvolvimento tende a se autonomizar. A tese weberiana sobre a tendência de progressiva racionalização institucional tornou-se amplamente aceita, pelas sucessivas gerações da Escola de Frankfurt. Habermas (1987), por exemplo, percorrendo os desdobramentos dessa tese weberiana, interpretou que com o aumento da densidade e da reprodução material ocorreu um processo de evolução societária que pressionou a evolução da esfera sistêmica, impulsionando o desenvolvimento de uma racionalização societária global que se caracteriza pela diferenciação entre as dimensões “sistema” (econômico e político) e “mundo da vida”.

Por razões completamente diferentes às análises produzidas pela Teoria Crítica, semelhante diagnóstico acerca dessa concepção de autonomização da economia pode também ser encontrado no pensamento das ciências econômicas neoclássicas. Adam Smith, um dos percussores da economia neoclássica, através da

sua *teoria dos sentimentos morais*, postulou que a esfera econômica seria melhor organizada se os indivíduos buscassem seu auto-interesse. Dessa forma, Adam Smith consegue construir um aparato moral que justifica o comportamento egoísta dos indivíduos, transformando-o algo virtuoso, em determinadas circunstâncias mercadológicas. Tal operação fundou a ciência econômica, entendida como uma ciência autônoma, regida por uma racionalidade própria, e, portanto, apartada da lógica societária produzida pela sociedade civil (Dumont, 1896; Abramovay, 2004).

Preocupações sobre a tendência de avanço da racionalidade econômica sobre o mundo da vida, estão presentes tanto em Habermas (1987) quanto nos críticos da economia neoclássica. Karl Polanyi (1980), por exemplo, interpreta o processo de consolidação da economia de mercado auto-regulável como uma artifício elaborado através operações fictícias mobilizadas com o objetivo de tornar o mercado a principal instituição reguladora da vida social, a qual todas as outras dimensões estaria subordinadas. A ficção do funcionamento auto-regulatório do mercado, que se reproduz ideologicamente, se sustenta a partir do processo de ficticiamente reduzir a natureza (terra) e vida humana (trabalho) a condição de meras mercadorias, e, portanto, estaria subordinadas ao processo de auto-regulação do mercado – sendo, assim, dragadas pelo “moinho satânico” que se tornou o Capitalismo.

Ainda que por matrizes explicativas diferenciadas, em certa medida, pode-se avaliar que essa visão da economia como uma esfera que possui uma racionalidade autônoma da imaginação social tornou-se hegemônica tanto entre os cientistas sociais, sobretudo, sociólogos e economistas, como entre os diversos movimentos sociais e contestatórios do ordem capitalista. Pode-se dizer que estes dois grupos estão relativamente acostumados a observar a realidade empírica e identificar aspectos na dinâmica social que reforçam a ideia de crescente racionalização instrumental do mundo e do crescimento da burocratização, sobre as relações vivenciadas na vida cotidiana do “mundo da vida”, ou seja, em corroborar a tese de que assistimos a uma crescente colonização sistêmica do mundo da vida.

Contudo, observando a forma como as pessoas na realidade empírica buscam lidar com a crescente incapacidade do sistema capitalista em incorpora-las, sobretudo, em postos de trabalho da esfera produtiva, e observando a emergência de outras dinâmicas de arranjos sociais, que de forma alguma tornam o mundo um lugar mais fácil de se viver, tenho me colocado o desafio de reexaminar essa tese de crescente autonomização da esfera econômica.

O próprio Polanyi (1980), ao fazer uma reconstrução histórica do papel da economia em períodos pré-capitalista, observará que esta sempre foi uma dimensão incrustada (*embeddedness*) na vida social e não uma esfera autônoma. Nessa reconstrução histórica e antropológica, apoiado em estudos de Malinowski e Thurnwald, Polanyi nos mostra como os sistemas de parentesco, as trocas simbólicas e econômicas estão imbricadas na organização social. Mesmo Weber (1986), quando na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, analisa o processo pelo qual a ação racional com relação a fins e valores se tornou hegemônica, na formação do espírito do capitalismo, ele está apontando para como uma lógica de comportamento, oriunda de uma ancoragem subjetiva pertencente à dinâmica do mundo da vida, começou a se introjetar nas instituições sociais, incluindo a esfera econômica, ampliando a racionalização (que se expressa em sua forma jurídico-legal) e a burocratização das instituições. Ou seja, ele está nos falando de uma prática e uma lógica que se originam no mundo da vida e se expande para as instituições sociais.

Com base nas evidências que apresento a seguir, sugiro que talvez pudéssemos pensar que existe uma relativa autonomização da esfera econômica, que se evidencia, sobretudo, em economias capitalistas, mas que não esgota a possibilidade de emergências alternativas de relações de produção, distribuição e troca, uma vez que essas são sempre emergentes do mundo da vida. E que essa tendência a uma progressiva “colonização” do sistema sobre o “mundo da vida” apresenta, por um lado, sinais de esgotamento em função do próprio desenvolvimento das forças produtivas. E, por outro, tem, surpreendentemente, produzido um movimento de resistência inerente ao próprio “mundo da vida”, que se pauta por uma outra lógica de configuração dos sistemas de trocas, que ganha novos contornos e que merecem a nossa dedicação quando analisados à luz das novas tecnologias².

Desenvolvimento das Forças Produtivas e uma Nova Morfologia Social

Encontramos também, entre os cientista sociais engajados ou inspirados pela Teoria Crítica da sociedade, uma relativa aceitação da tese de que, se a humanidade

² Nesse ponto, muitas iniciativas coletivas como experiências de Economia Solidária, experiências organizativas de replicação de Tecnologias Sociais, assim como, iniciativas de empreendedorismo individuais poderiam ser mobilizadas para ilustrar o argumento. Contudo, extrapolariam, ao menos em parte o fio condutor do argumento que pretendo desenvolver, bem como o espaço disponível para comunicação nesse artigo.

não sucumbir antes, o modo de produção Capitalista provavelmente será superado (por suas contradições internas) dando origem a um novo modo de produção. Dentre os que se dedicam a analisar o desenvolvimento da Modernidade, também encontramos um relativo consenso de que estaríamos vivenciando um período de transição histórica e/ou civilizacional – Pós-modernidade (Harvey, 1992), Alta Modernidade (Giddens, 1991), Modernização Reflexiva (Giddens, Beck e Lash, 1997), Sociedade de Risco (Beck, 2010), Terceira Fase da Modernidade (Domingues, 1998), etc.

Jeremy Rifkin (2014), em *The Zero Marginal Cost* também argumenta que o Capitalismo está sendo ultrapassado, não rapidamente, mas inevitavelmente por um novo paradigma econômico, de tal maneira que já podemos observar uma economia híbrida, parte de uma economia de mercado capitalista e parte de uma economia colaborativa (*collaborative commons*). O novo modelo econômico estaria emergindo, de acordo com Rifkin, não de uma suposta falência do Capitalismo mas precisamente pelo seu sucesso. A constante incorporação de inovações tecnológicas no sistema produtivo estaria aumentando a produtividade, deixando-a muito próxima a um nível ótimo, onde cada unidade produzida teria o seu custo marginal a cada vez mais próximo de “zero”. Essa realidade, descrita por Rifkin (2014), pode ser mais facilmente observada na indústria do entretenimento, nos setores de comunicação, mas editoras, onde, por exemplo, “um e-book pode ser produzido e distribuído por um custo marginal próximo de zero”.

Hoje, mais de um terço da raça humana está produzindo sua própria informação através de celulares relativamente baratos e compartilhando vídeos, áudios e textos a um custo marginal próximo de zero em uma rede mundial colaborativa (*collaborative networked world*) (Rifkin, 2014: 9).

Rifkin (2014) argumenta ainda que a economia capitalista teria se desenvolvido a partir de uma matriz energética e comunicacional, apoiada na utilização de combustíveis fósseis (petróleo) e suportada por dispositivos como o telefone e o telegrafo. De forma semelhante, na conjuntura atual já poderíamos identificar a disseminação de uma nova matriz, baseada em energias renováveis como

energia solar e eólica, e na esfera comunicacional, na internet, internet das coisas³ e Impressoras 3D⁴.

Essa nova matriz energética e informacional, iria na visão do autor fornecer a base de sustentação para uma alteração na forma de produção e consumo, onde teríamos a migração de uma matriz produtiva extensiva em larga escala para o que o autor irá denominar de *Prosumers* (Produtores e consumidores). A emergência de *Prosumers* se realiza através da possibilidade de produção em pequena escala e, por vezes, de forma personalizada, atendendo a pequenas demandas. O novo aparato tecnológico estaria subsidiando e fornecendo os instrumentos necessários para que essa produção possa ser organizada individualmente ou em pequenos grupos de acordo com a necessidade de consumo imediato.

“*Prosumes* não estão somente produzindo e compartilhando suas próprias informações, entretenimento, energia limpa, bens manufaturados em impressora 3 D e uma grande quantidade de cursos online de forma colaborativa, a custo marginal que tende a zero. Eles estão também compartilhando carros, casas, e mesmo roupas através de sites de mídias sociais, aluguéis, clubes de redistribuição e cooperativas [...] jovens empreendedores estabelecem negócios ecologicamente orientados, crowdfunding para criarem novas empresas e criam até mesmo moedas sociais alternativas para a nova economia”(2014: 22).

Retomando a dimensão analítica, gostaria de recuperar as observações de Ulrich Beck (2010, 2014). Observando as mudanças estruturais da ordem civilizacional Moderna, o autor apontando para a falência do estado-nação como unidade de análise para compreender a dinâmica social. Dentro do contexto atual, argumentava Beck, que no contexto da cosmopolitização, enfrentamos o desafio de coordenar os arranjos políticos transnacionais e as múltiplas e diversas dinâmicas

³ “Internet das coisas” se refere a prática de interconectar os mais diversos dispositivos utilizados no dia a dia (tais como eletrodomésticos, tênis e roupas, meios de transporte, alarmes de segurança, etc) a uma rede mundial de computadores.

⁴ As “impressoras 3 D” são capazes de imprimir qualquer tipo de objeto através de impressão tridimensional. Atualmente, seu uso está disseminado na impressão de modelagens realizadas com resina plástica. Mas, alguns modelos disponíveis já podem imprimir material orgânico, como pele e tecido humano, por exemplo.

engendradas pelo mundo da vida na forma de subpolíticas. É verdade que a categoria de subpolíticas conforme pensada por Beck (1997, 2010), sempre carregou consigo uma certa ambiguidade interpretativa devido a dificuldade de um delineamento preciso do conceito. Acredito, que ao menos em parte, isso se deve ao fato do autor ter cunhado uma categoria “vazia” que pudesse ser operacionalizada para apreender rearranjos e possibilidades emergentes na sociedade civil, que não apenas são de difícil percepção como em alguns aspectos ainda inomináveis.

Quando, por exemplo, olhamos para o potencial dos FabLabs⁵, conforme apontados por Rifkin, e todo o seu entusiasmo como a sinalização do surgimento de *prosumers*, estamos precisamente olhando para a emergência de uma forma de subpolítica tal como sinalizada por Beck. É interessante observar que para além dessas descrições que poderiam ser tomadas como futuristas, estamos falando de fenômenos que sequer são considerados pelo nossos indicadores usuais, que nos fornecem os parâmetros explicativos da ordem vigente. Quando pensamos, por exemplo, na categoria de “trabalhadores informais” utilizada pelo IBGE, estamos falando de um grupo de pessoas que por não conseguirem encontrar uma colocação na economia formal, migraram por necessidade para uma economia informal. No entanto, quando observamos o fortalecimento de coletivos (e aqui as múltiplas formas de organização de grupos artísticos⁶, em que pese a especificidade histórica desses grupos, podem ilustrar uma tendência) que viabilizam suas atividades mercantis de forma cada vez mais autônoma, graças às novas tecnologias, estamos observando setores da economia que se organizam dentro de uma lógica colaborativa, de forma autônoma e “informal”, sem que nunca tenham tido a pretensão de se inserir na dita “economia formal”, muitas vez inclusive porque possuem uma compreensão crítica quanto a lógica de funcionamento do sistema, mas também por perceberem a possibilidade e a viabilidade de sobrevivência numa espécie de margem (que se torna progressivamente ampliada).

⁵ FabLab surgiram a partir de uma iniciativa de extensão universitária de pesquisadores do MIT que promoveram workshops que tinham como objetivo capacitar pessoas interessadas em operarem com impressora 3D, para manufaturarem objetos de seus interesses. Posteriormente, a iniciativa começou a ser replicada em diversos países.

⁶ Cito como exemplo de coletivo artístico a Casa Fora do Eixo, tanto pela sua relativa notoriedade como por seus alternativos arranjos econômicos, inclusive com a utilização de uma moeda própria. Embora esse também seja outro ponto que mereceria ser melhor explicado e exemplificado pela diversidade encontrada.

Evidentemente, que o entusiasmo de Rifkin com as novas tecnologias acarreta um certo ceticismo, aos acostumados às análises recorrentes da Teoria Crítica, e dúvidas sobre os riscos de cooptação sistêmica das diversas iniciativas colaborativas que se abrem a partir do desenvolvimento das forças produtivas. Rifkin (2013) argumenta que provavelmente o sistema capitalista irá buscar se apropriar das boas ideias, que emergem dessas novas práticas colaborativas, que tentará cooptar pessoas inovadoras para a economia de mercado e que nesse processo, provavelmente, iniciativas colaborativas serão aniquiladas ou remodeladas num processo de acomodação à lógica mercadológica capitalista. No entanto, isso não se coloca para o autor como um processo ameaçador a sua tese principal de esgotamento do capitalismo, isso porque eventuais cooptações dessas práticas e iniciativas alternativas não serão suficientes para que um processo amplo de incorporação, de inclusão social, das pessoas ao sistema seja viabilizado. Em outras palavras, não há como reverter o crescente processo de exclusão social, porque ele é necessariamente resultado do “sucesso” do capitalismo, que consegue replicar sua esfera produtiva sem a necessidade substantiva da presença humana. Ou seja, as pessoas continuarão a buscar alternativas de reorganização de suas vidas, nas diversas dimensões, e inclusive econômica, pela própria busca da sobrevivência numa ordem progressivamente excludente.

Embora eu seja bastante simpática ao empenho geral de Rifkin em fornecer uma releitura atualizada e pretensamente propositiva acerca da tese do desenvolvimento das forças produtivas, eu gostaria de apontar para o que na minha percepção se configura como os reais desafios para um possível processo de transição na forma de organização da produção e da própria economia. Pretendo construir um cenário que articular o desenvolvimento dessas novas tecnologias ao que me parece serem dois dos maiores desafios do século XXI, o crescimento exponencial das desigualdades sociais e a impossibilidade de ignorar a incompatibilidade entre crescimento econômico e sustentabilidade social e ecossistêmica.

Desafios do Milênio: Desigualdades e Crises Ecológicas

Segundo dados da ONU, no início dos anos de 1990, tínhamos aproximadamente 880 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Ainda que esse seja um número expressivo, ele aponta para um progressivo avanço nos índices quando comparados aos 1,9 bilhões de miseráveis registrados anteriormente.

De um modo geral atribui-se a melhora dos índices de pobreza ao crescimento da economia, o que num primeiro momento nos levaria a concluir que para resolver o problema da fome e da pobreza bastaria nos engajarmos em promover estratégias de crescimento econômico.

Embora possamos verificar a queda da pobreza e da fome, curiosamente observamos também um exponencial aumento das desigualdades sociais. O sucesso editorial de Thomas Piketty (2013), em *O Capital no século XXI*, vem corroborar e dar visibilidade a crescentemente percepção, que já estava em curso, de que caminhamos para um tal aprofundamento das desigualdades sociais que no limite inviabilizariam a manutenção de uma ordem social democrática, pautada por qualquer princípio de liberdade e igualdade. Piketty (2013) argumenta que esse desproporcional processo de aprofundamento das desigualdades se intensificam, sobretudo, a partir da década de 80, quando as taxas de retorno do capital (na produtivo) se tornam menos lucrativas que as taxas de retorno do capital financeiro. No momento em que chegamos nesse ponto, entramos num processo de crescimento das desigualdade, que tende a se realimentar e se aprofundar num ritmo acelerado, uma vez que o progressivo desinvestimento no processo produtivo vai corroendo os tradicionais processos de distribuição de renda, conforme conhecidos pelo ordem capitalista. Além disso, Piketty também argumenta que um tradicional mecanismo de convergência, ou seja, de diminuição de desigualdade, que se disseminou ao longo do século XX, foi precisamente o sistema educacional, uma vez que este funcionou durante décadas, ao longo do século XX, como um real mecanismo de ascensão social. Contudo, adverte o autor, uma vez atingido esse ponto de sobreposição das taxas de retorno do capital financeiro sobre o sistema produtivo, qualquer mecanismo educacional ou de capacitação profissional se torna totalmente inócuo no sentido incorporação dessas pessoas. Para o autor, o grande ganho em termos de estratificação social ao longo do século XX, se deu através da formação de uma significativa classe média, que apesar de suas idiossincrasias, foi capaz de atuar na ampliação dos direitos civis e no fortalecimento de governos democráticos. O atual vertiginoso processo de pauperização da classe média, junto com o dismantelamento de conquistas sociais, educacionais e políticas, que nos foram tão arduamente conquistadas, abrem espaço para um desafiador processo de esgarçamento dos laços sociais.

Nesse sentido, penso que um retrocesso no processo de formação educacional das populações seria o principal empecilho ao avanço de um novo modo de produção

que pudesse, ao menos tendencialmente, ser vislumbrado num sentido emancipatório. Evidentemente, que os processos formais e tradicionais presentes no atual sistema educacional não são adequados e suficientes para a instrumentalização dos indivíduos para a utilização desses aparato tecnológico descrito por Rifkin de forma a capacitar a emergência e consolidação dos *prosumers*. Porém, par além das dificuldades técnicas, sugiro que o maior desafio nesse ponto está em reverter o atual esvaziamento valorativo que a educação num sentido amplo, inclusive em sua dimensão de cidadania política, sofre durante esse progressivo processo de aumento das desigualdades que vivemos atualmente.

Por outro lado, nos deparamos com a cegueira generalizada dos modelos de desenvolvimento econômico, incapazes de se reciclarem de forma efetiva diante da ineficiência postulada pela crença ideológica de que a alternativa ao rolo compressor do sistema financeiro seria o retorno a um modelo econômico desenvolvimentista. Dentro de uma perspectiva econômica formal, nos padrões tidos como os desejáveis ao longo do século XX, observamos ainda o desejo dos países de crescerem a pelo menos aproximadamente 5% ao ano. Mas, como nos lembra Piketty essas são projeções absolutamente inviáveis, seja porque a economia não tem como absorver todos esses trabalhadores em função do próprio desenvolvimento das forças produtivas, seja pela incapacidade do ecossistema de absorver esse impacto. De fato, um crescimento a 1% ao ano já representaria uma taxa superior a capacidade regenerativa dos ecossistemas dado o nível de exaustão em que eles se encontram. Embora a inovação e a eco-eficiência do sistema produtivo tenha aumentado, sua taxa ficou muito aquém ao aumento da produção e do consumo. Temos um déficit que apenas poderia ser superado com um aumento significativo de inovação.

Contudo, as inovações impulsionadas pelas novas tecnologias apontam para uma lógica alternativa de produção e distribuição de bens e riquezas contrárias a lógica de funcionamento da grande corporação capitalista.

Reflexões Finais

Resumidamente, procurei nesse artigo argumentar que se observarmos o atual desenvolvimento das forças produtivas podemos identificar elementos que apontam para a possibilidade de uma reordenação social tendencialmente emancipatória. Nessa perspectiva, flertei com a hipótese de que a tese de autonomização da economia, talvez, venha se demonstrar como uma realidade específica do sistema capitalista, que

não se aplicava às ordens econômicas anteriores a ela, e, que, provavelmente, não se manterão após o esgotamento do sistema. Reafirmando, assim, a hipótese de que tanto a economia quanto a política são também emergências do mundo da vida - que se configura numa inesgotável fonte de criatividade e de possibilidades de emergências sociais. Contudo, a violência e o acelerado ritmo de transformações macro-institucionais pelo qual passamos, nessa atual fase de transição civilizacional, tem se mostrado extremamente eficiente na rápida destruição de instituições, que foram construídas ao longo de séculos, gerando um nível de desestabilização social que pode vir a ser extremamente desestruturador.

Referências Bibliográficas:

ABRAMOVAY, Ricardo. *Muito Além da Economia Verde*. São Paulo: Ed. Abril, 2012.

_____. “Entre Deus e o diabo – mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social*, v.16, n.2, 2004.

ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1986.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade*. Editora 34, 2010.

DOMINGUES, José Maurício. “Modernidade, tradição e reflexibilidade no Brasil contemporâneo”. *Tempo Social*. São Paulo, 10 (2): 2009-234, 1998.

DUMONT, Louis. *Essays on individualismo: modern ideology in anthropological perspective*. Chicago, University of Chicago Press, 1986.

GIDDENS, Anthony. *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa I e II*. Madri: Taururs, 1987.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. Editora Loyola, 1992.

MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural (série Os conomistas), 1989 (1ed. 1863).

PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Editora Intrínseca, 2013.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 3 ed. Rio de Janeiro, Campus, 1980 (1 ed. 1944).

RIFKIN, Jeremy . *The Zero Marginal Cost Society. The internet of Things, the Collaborative Commons, and the Eclipse of Capitalism*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Pioneira, 1996 (11 ed.).